Região dos Lagos e o gerenciamento ambiental que é modelo de sucesso

Lagos region and model of successful environmental management

Região dos Lagos y planeamiento ambiental como modelo de suceso

O presente artigo aborda o tema Gestão Ambiental, e o modelo de gerenciamento ambiental do Consórcio Intermunicipal Lagos São João que tem como finalidade recuperar, conservar e preservar o meio ambiente das Bacias da Região dos Lagos, rio São João e Zona Costeira adjacente, promovendo ainda a integração dos órgãos governamentais, privados, terceiro setor e entidades civis. O artigo apresenta o modelo de gestão ambiental aplicado pelo consórcio com breve relato sobre a importância histórica da Região dos Lagos, no contexto histórico do País. Em seguida é apresentado a ideia original da criação do Consórcio Intermunicipal Lagos São João e sua atual estrutura operacional. É apresentado ainda, a proposta para criação do Comitê Lagos São João. É mostrado as sugestões e projetos para o Desenvolvimento Sustentável da região e a importância das descobertas científicas para o sucesso do gerenciamento. Outro fato importante que não pode deixar de ser mencionado é a indicação do WORLD WILDLIFE FUND – WWF/Brasil que escolheu o modelo de gerenciamento ambiental do CILSJ como sendo um modelo de sucesso que deve ser seguido por outros países. A seguir, um breve relato sobre os problemas com os resíduos sólidos na região e a solução encontrada. Na conclusão, são feitas considerações sobre a importância do trabalho desenvolvido para recuperar a Lagoa de Araruama e sua Bacia, visando o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável da região.

This article approaches the issue of Environmental Management and the model of environmental management implemented by the Lagos São

João Intermunicipal Agreement. This model is aimed at recovering, conserving and preserving the environment in the Lagos Region River Basins, São João River and adjacent Coastal Zone. It also has the mission of promoting the integration among governmental agencies, private agencies, third sector and civil organisms. The article presents the model of environmental management adopted by the agreement with a brief report on the historical relevance of Lagos Region in the country's historical context. Secondly, the original ideal for the creation of the Lagos São João Inter-municipal Agreement and its current operational structure are presented. The proposal for the creation of the Lagos São João Committee is also part of this work. Suggestions and projects for the region's Sustainable Development are listed as well as the importance of scientific discoveries for the success of the management. Another important factor that must be mentioned is the indication by the WORLD WILDLIFE FUND – WWF/Brazil that has chosen the environmental management model of the Lagos São João Inter-municipal Agreement as a successful model that must be followed by other countries. There is a brief report about the problems related to solid residues in the region and the solution found. As a conclusion, considerations are made about the relevance of the work developed to recover Araruama Lagoon and its Basin aimed at the economic growth and sustainable development in the region.

Este estudio aborda la gestión ambiental y el modelo de planeamiento ambiental de consorcio intermunicipal Lagos São João cuyo objetivo

es recuperar, preservar y conservar el medio ambiente de las Bacias da Região dos Lagos, Rio São João y Zona Costeira, integrando el gobierno, la area privada, el tercer setor y la sociedad.

Palavras-Chave: gestão ambiental, responsabilidade social e gerenciamento ambiental participativo e descentralizado

Autoras:

Prof^a Claudia Segadilha Adler

Professora de Graduação em Administração – Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Analice Cardoso Serra

Aluna de Graduação em Administração da Universidade Estácio de Sá (UNESA)

Gerenciamento Ambiental na Região dos Lagos

O estudo tem como foco o retrocesso geo-econômico na Região dos Lagos, localizada no Estado do Rio de Janeiro, em decorrência da poluição da lagoa de Araruama. Podemos afirmar que a recuperação da lagoa de Araruama é vital para a população e a economia dos municípios que estão localizados no entorno. Levantar as informações técnicas baseadas em estudos científicos dos órgãos como a Coppe-UFRJ, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMADS, Fundo Mundial para a Natureza – WWF, entre outros colaboradores, permitiu um aprofundamento e enriqueceu a ideia do CILSJ. Participam do Consórcio Intermunicipal para Gestão Ambiental das Bacias da Região dos Lagos, do Rio São João e Zona Costeira – CILSJ os municípios de Araruama, Búzios, Araruama, Araruama do Cabo, Cabo Frio, Cachoeiras de Macacú, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim. (BIDEGAIN et al., 2002)

O modelo de gestão ambiental aplicado pelo consórcio está possibilitando um avanço nos projetos para despoluição da lagoa, que já dá sinais de plena recuperação, comprovando que o caminho escolhido foi o mais adequado para a Região dos Lagos e que um trabalho de responsabilidade social pode ser desenvolvido em uma enorme extensão territorial com competência. Por isso, é possível afirmar que o presente trabalho é relevante, contribuindo para dimensionar a importância da gestão ambiental na melhoria e manutenção da qualidade de vida, passando pelo saneamento básico, captação da água potável, educação ambiental, valorização dos recursos naturais como fonte de geração de rendas e também servir como divulgador do trabalho do CILSJ, um modelo de gerenciamento ambiental moderno e eficaz que trará grandes benefícios para a Região dos Lagos e, sem dúvida, servirá como parâmetro para outras regiões do Brasil e do mundo, e este sucesso muito se deve ao gerenciamento responsável e participativo empreendido no modelo.

A Região dos Lagos, no contexto histórico brasileiro, foi cenário do primeiro assentamento europeu em 1503, quando Américo Vespúcio, vindo de Fernando de Noronha, desembarcou em Cabo Frio, provavelmente na praia da Rama, hoje praia dos Anjos, que atualmente pertence ao município de Arraial do Cabo. Esta expedição portuguesa ergueu a primeira feitoria na região, permanecendo por cinco meses, tempo em que pôde fazer incursões pelo canal de Itajurú, provavelmente conhecendo a lagoa de Araruama. Estas incursões possibilitaram a descoberta de enorme reserva de pau-brasil existente na região. As excelentes condições de navegabilidade da lagoa e do canal de Itajurú permitiam o fácil transporte da madeira até as naus portuguesas fundeadas no mar, iniciando-se o ciclo do pau-brasil. (HANSEN, 1993)

A lagoa de Araruama, na verdade, é uma laguna, o que se justifica por existir água salgada, localizada na borda litorânea e permanente, porque o encontro de suas águas com o mar se faz por um único canal (Canal do Itajurú), localizado em Cabo Frio. E também "A lagoa de Araruama é a maior laguna hipersalina permanente do mundo". (BIDEGAIN et al., 2002, p.11). Se não bastasse a importância da lagoa de Araruama no contexto sócio-econômico, Hansen (1993) e o Instituto Água/Petrobras (1996) consideram que sua preservação se justificaria pela importância ambiental do seu ecossistema, que é riquíssimo. Podemos dimensionar esta importância relacionando algumas das belezas e riquezas

naturais da região mais conhecidas, que são as lagoas de Jaconé, Saquarema, Jacarepiá e Araruama, a represa de Juturnaíba, que é o segundo manancial abastecedor de água potável do estado, uma extensa faixa de Mata Atlântica preservada, além de 57 belas praias do entorno, incluindo as do oceano Atlântico - entre elas as praias dos municípios de Cabo Frio e Búzios, que compõem o cenário exuberante da região. Está localizada, ainda na Região, a reserva de poços das Antas, que é o habitat natural do Mico Leão Dourado e da Preguiça-de-Coleira, espécies que estavam em processo de extinção, e também os sítios arqueológicos dos índios Tamoios, não tão conhecidos pelos turistas, mas muito importantes, porque eles provavelmente foram os primeiros habitantes da região. Assim, Hansen (1993, p.9) dimensiona a importância econômica da Região:

Desde o século XVI, a evolução econômica da região dos lagos sempre dependeu da lagoa de Araruama, que fornecia o pescado e o sal e facilitava o comércio de pau-brasil, realizado por intermédio dos veleiros (IHGB) que entravam no canal de Itajurú. A partir de 1939 passou a ocorrer a extração de conchas para fins industriais, incrementada após 1951 com a concessão de lavras à Companhia Nacional de Alcalis, dividindo então com a atividade salina a responsabilidade de desenvolvimento da região.

Após 1950, os registros indicam que o turismo começou a despontar, influenciando na fisionomia e na vida das velhas cidades, contudo ainda limitado pelo fornecimento de energia e água.

Somente na década de 1970, com a inauguração da Ponte Presidente Costa e Silva, popularizada como Ponte Rio-Niterói, a região teve sua economia aquecida e o aumento demográfico neste período pôde ser confirmado por dados do censo do IBGE nos anos de 1980/1991. (HANSEN, 1993)

A partir do I Encontro da Região dos Lagos, realizado em São Pedro da Aldeia no ano de 1986, surge a idéia embrionária da criação de uma Comissão Ambiental da Região dos Lagos. O autor Bidegain et al., (2002) explica que no período de 1986 a 1989, o escritório de Araruama da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas - SERLA, em parceria com a Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente - FEEMA, implantou o gerenciamento da lagoa de Araruama, que o au-

tor mencionado considera ser o melhor serviço de gerenciamento da lagoa. Com certeza, podemos afirmar ter sido este o primeiro gerenciamento da lagoa.

Além de promover intensa gestão participativa com as prefeituras, empresas e sociedade civil local através da criação da Comissão de Meio Ambiente da Região dos Lagos, realizou diversas intervenções e exerceu fiscalização rigorosa para evitar a privatização da orla da lagoa, embora não tenha conseguido reverter algumas situações devido à perda de apoio político. Sem dúvida, o serviço de fiscalização da Faixa Marginal de Proteção - FMP da lagoa de Araruama não encontra similar, até os dias atuais em outras lagoas, deixando valiosas lições técnicas. (BIDEGAIN et al., 2002, p.103)

Em 1999, a SEMADS retoma a proposta da criação de uma organização para gerenciamento do meio ambiente da Região dos Lagos, então funda-se o CILSJ, que "compreende um tipo de associação prevista no art. 76 da Constituição Estadual, que faculta aos municípios, mediante aprovação das respectivas Câmaras Municipais, se associarem". (BIDEGAIN et al. 2002, p. 104) O Consórcio Intermunicipal Lagos São João, em sua estrutura, é composto por prefeituras, empresas, governo estadual e sociedade civil (ONGs), com a proposta de executar ações em parcerias que possibilitem a preservação e recuperação dos recursos naturais da Região dos Lagos e da Bacia do Rio São João.

Apresentamos, na figura 1, a estrutura operacional do Consórcio.

O Conselho de Sócios do CILSJ tem a função de deliberar as ações que serão desenvolvidas e suas prioridades. O trabalho em parceria, desenvolvido pelos conselhos de sócios do consórcio, resulta em avanços consideráveis e ações adequadas para solução dos problemas da lagoa de Araruama e da bacia hidrográfica. "O Conselho de sócios é a instância máxima e o órgão deliberativo do consórcio, sendo constituído por prefeitos e por representantes das empresas e entidades civil. A presidência do consórcio é exercida por Prefeito, eleito entre os associados para um mandato de dois anos, permitida a recondução". (CILSJ, 2004 disponível em: www.riolagos.com.br/cilsj)

Gerenciar uma região tão extensa, que abrange uma superfície aproximada de 3.752 Km² e equivale a 8% do território do estado do Rio de Janeiro, é uma tarefa

FIGURA 1

Fonte: cilsj-relatório bi-anual, 2003-2004, p.6

complexa, de grande importância e que compreende a parcela dos municípios localizados nas bacias hidrográficas das lagoas de Jacaré, Saquarema e Araruama, que compõem a Região dos Lagos e ainda a região dos rios Una, São João e das Ostras, incluindo a zona costeira adjacente. Toda esta extensão exige que as ações sejam administradas por uma organização comprometida exclusivamente em solucionar seus problemas ambientais.

Relacionamos algumas das principais ações desenvolvidas pelo CILSJ de 1999 até junho de 2001, segundo Bidegain et al. (2002): Retorno do monitoramento da qualidade das principais praias, conseguido mediante convênio entre a Unimed e a FE-EMA; mapeamento digital de toda região da lagoa; elaboração de proposta para o Plano da Bacia da Lagoa; troca de informações técnicas entre os associados; término das atividades de extração de conchas; trabalhos desenvolvidos para retirada de areia do canal de Itajurú; mapeamento dos pontos de lançamento de esgotos na lagoa; estruturação da plenária de ONGs, que permitirá que as cinquenta entidades possam se reunir semanalmente; Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental de Massambaba; fiscalização do batalhão florestal na restinga de Massambaba com implantação do posto; proposta para a criação de um sistema de tratamento de efluentes, para captação de águas poluídas e transferência para ETE's existentes em Araruama, São Pedro da Aldeia e, futuramente, Cabo Frio, com objetivo de diminuir a poluição da Lagoa.

Este conjunto de ações permitirão ao Consórcio, aos órgãos públicos, as organizações ambientalistas e as empresas associadas melhorias ambientais a longo prazo importantes para a Região e para os usuários que dela dependem economicamente. Estas medidas dão a dimensão exata da

importância do Consórcio para o sucesso da recuperação da laguna de Araruama, sem uma organização que cobrasse do poder público, que fomentasse as discussões sobre o problema da poluição a Região continuaria sem solução.

Criação do Comitê Lagos São João

O Comitê das Bacias Hidrográficas das lagoas de Araruama e de Saquarema e dos Rios São João, Una e Ostras foi criado pelo Decreto nº 36.733 de 08/12/04. A criação do Decreto é o resultado de um trabalho iniciado em 1999, "quando os associados do CILSJ decidiram como meta estratégica mobilizar a região visando dotá-la de um Comitê da Bacia". Espera-se que o Comitê desempenhe a função de fortalecer

a integração entre os diversos segmentos da sociedade civil, setores públicos, privados, usuários, universidades e centros de pesquisa. Os trabalhos executados em parcerias permitem um retorno mais significativo do que os desenvolvidos de forma centralizadora. A Gestão Ambiental sem parcerias prejudica o andamento do gerenciamento, porque a troca de informações facilita o desenvolvimento e a realização de todo o projeto. De acordo com Bidegain et al. (2003), será possível difundir o sistema de gerenciamento regulamentado pela Lei de Recursos Hídricos e fazer do Comitê um órgão representativo, ocupando o espaço do poder público, mobilizando a sociedade civil. O Comitê tem a finalidade de propor a criação da Agência de Águas, aprovar e acompanhar a proposta do Plano de Bacia Hidrográfica – PBH, elaborar o relatório anual que será encaminhado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI. A Missão finalidade do Comitê está regulamentada no art. 53 da Lei Estadual 3239 de 02 de agosto de 1999.

Utilizando como fonte Bidegain et al. (2002), iremos explicar a Estrutura do Comitê das Bacias Hidrográficas, que tem como objetivo propor, aprovar, encaminhar, acompanhar e elaborar propostas relativas aos assuntos das Bacias Hidrográficas junto ao órgão responsável o CERHI e dirimir conflitos que sejam pertinentes ao uso da água. A estrutura seria a seguinte: Presidência, Plenário, Câmaras Temáticas e Secretaria Executiva. A meta principal das diretri-

FIGURA 2
Área de atuação do consórcio

FIGURA 3

Fonte: INFORMATIVO LAGOS SÃO JOÃO, 2005, p. 2 (Reprodução de Internet)

zes do Comitê passa pela sustentabilidade, ou seja, permitir o uso integrado do ecossistema de forma a aproveitar o potencial dos recursos da região, resultando na geração de renda e emprego, melhorando o saneamento básico que possibilita mais saúde para a população, dando condições ao lazer, à exploração turística sustentável e à preservação do meio ambiente.

Como forma de utilizar as potencialidades turísticas da região, Bidegain et al. (2002), sugere a criação de um Centro Turístico, que serviria para divulgar os trabalhos artesanais, pontos turísticos e históricos, promovendo o resgate da história da região e funcionando como um polo de informações para os visitantes. O autor justifica sua sugestão baseado na importância turística e econômica da região para o Estado do Rio de Janeiro e sua riqueza histórica, que remonta o período do descobrimento. Continuando com a proposta para desenvolvimento do turismo, o autor recomenda:

Recomenda-se ao consórcio, inicialmente contratar uma universidade para elaborar livro com a história da região e os atrativos naturais, que possa fundamentar o treinamento de guias de turismo e o planejamento da infra-estrutura de visitação, contendo capítulos sobre a história pré-cabralina (sambaquis e sítio arqueológico de Três Vendas) e a história a partir da chegada de Américo Vespúcio, com capítulos exclusivos sobre o sal, a Cia. Nacional de Alcalis, a pesca e a Estrada de Ferro Maricá, dentre outros. (BIDEGAIN et al. 2002, p. 124)

A idéia da elaboração do livro tem a função de preservar a história e mostrar a importância econômica da Região dos Lagos. Este livro suprirá a carência de informes sobre a importância da região para o estado do Rio de Janeiro, permitindo uma ampla divulgação sobre ela.

Sustentabilidade Ambiental da Região

Quinze anos após o surgimento do Relatório de Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, criado na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente em 1972, na Suécia, ouve-se pela primeira vez a expressão "desenvolvimento ecologicamente sustentado". Existem três vertentes principais que definem o desenvolvimento sustentado, segundo Bidegain et al. (1999): Crescimento econômico: desenvolvimento que permita o crescimento social; Equidade social: igualdade ou justiça social e Equilíbrio ecológico: utilização dos recursos naturais sem degradação ambiental.

No caso estudado, podemos afirmar que a Região dos Lagos tem por vocação o turismo e, para que consiga sobreviver e desenvolver-se, precisa criar mecanismos que ajudem no seu crescimento econômico sem degradação. A Região possui condições ideais para desenvolver o turismo, suas belezas naturais (principalmente as de Armação de Búzios e Cabo Frio) são constantemente divulgadas. A preocupação com a valorização da cultura pode atrair o turista que visita a capital do estado do Rio de Janeiro e que não conhece a importância histórica da Região e a riqueza de seu ecossistema.

Artácoz (2000) defende a idéia de que nenhum programa de gerenciamento

ambiental será bem sucedido se ignorar a importância da necessidade de sustentabilidade ambiental; ele afirma que negligenciar este fator importante prejudicará o desenvolvimento econômico da região.

Quem se organiza para trabalhar pela sustentabilidade em sua própria comunidade pode representar uma força poderosa e eficaz, independentemente de ser sua comunidade rica, pobre, urbana, suburbana ou rural. Uma comunidade sustentável cuida de seu próprio meio ambiente, e não danifica o alheio; utiliza seus recursos de forma frugal e sustentável, recicla materiais, minimiza os resíduos e os descartes de forma segura; conserva os sistemas de sustentação da vida e a diversidade dos ecossistemas locais, supre suas necessidades ao máximo que pode, mas reconhece a necessidade de trabalhar em conjunto com outras comunidades. (WWF-BRASIL, UICN e o PNUMA, 1991 apud BIDEgain et al., 2003, p. 116)

Importância dos Estudos Científicos

Alguns estudos geológicos da lagoa mostram que ao longo de sua formação milenar ocorreram várias transformações naturais que comprometeram seu ecossistema lagunar. Uma grande descoberta foi a comprovação sobre a transformação da lagoa em 11 pequenas lagunas. O trabalho de pesquisa descobriu que este processo natural (formação de esporões compactados por correntes internas), que ocorreria daqui a dois milhões de anos, a degradação ambiental imposta pelo homem estava acelerando para 30 anos. (HANSEN, 1993, p.8) Podemos visualizar o processo de transformação da Lagoa de Araruama em 11 pequenas lagunas na foto de satélite que faz parte do acervo do Consórcio.

Modelo de Sucesso Indicação do WORLD WILDLIFE FUND – WWF

O modelo de gerenciamento utilizado pelo CILSJ no Rio de Janeiro foi classificado pelo diretor do programa de água doce da rede WWF, *living waters* – Jamie Pittock, como sendo um trabalho que merece todo o destaque, disse ele: "O trabalho que vem sendo desenvolvido no Brasil merece destaque pela qualidade". (CILSJ - RELATÓRIO BI-ANUAL, 2003-2004, p. 5) O diferencial no modelo de gestão é o gerenciamento participativo, a mobilização da comunidade, ajudando a preservação do meio ambiente.

Eleita para ser apresentada como caso de sucesso na reunião dos CEO's do WWF a se realizar em junho em Madagascar, a Bacia do São João recebeu a visita de representantes do Canadá, Peru e USA que vieram conhecer de perto os projetos desenvolvidos na bacia através da parceria com o WWF-BRASIL e conhecer o modelo de gestão participativa aqui implementado. (CILSJ, 2004 disponível em: www.riolagos.com.br/cilsj)

O modelo de gestão do CILSJ será incluído em uma publicação da rede WWF, juntamente com outros modelos de gestão de bacias hidrográficas desenvolvidos em vários lugares do mundo. Esta indicação do WWF traz como benefício o reconhecimento do trabalho executado ao longo dos anos pelo CILSJ. E esta divulgação por uma organização importante como o WWF serve como motivação, incentivo e valorização para todos funcionários e associados da entidade ambiental.

O que fazer com os Resíduos Sólidos

Uma política específica para o lixo desenvolvido pelas prefeituras municipais seria de suma importância para compor o trabalho do CILSJ, ajudando a eliminar esta grave agressão ambiental que a sociedade impõe à natureza. A política dos 3 R's – redução, reutilização e reciclagem, sugerida pela Fundação SOS Mata Atlântica, (2002) seria uma boa solução para a região, porque, além de retirar grande quantidade de plásticos e embalagens de papel da natureza, geraria renda para a comunidade carente, que coletaria o lixo reciclável das casas, empresas, escolas. Todo o material coletado seria vendido para as indústrias de reciclagem que “Segundo dados do *WorldWatch Institute*, o setor mundial de reciclagem fatura US\$ 160 bilhões por ano e emprega mais de 1,5 milhão de pessoas.” (WORLDWATCH INSTITUTE, apud Fundação SOS Mata Atlântica, 2002, p. 29)

Soluções para o problema do lixo existem e nem todas são caras, mas o prejuízo que o lixo acarreta para a população justifica qualquer investimento. O lixo causa doenças, proliferação de roedores, provoca contaminação ambiental por emissão de gases tóxicos, contaminação do lençol freático pelo chorume (líquido produzido pela decomposição da matéria orgânica existente no lixo) e a contaminação dos rios e córregos que deságuam na lagoa. De acordo com a Fundação SOS Mata Atlântica, o problema do lixo é muito grave e a maioria

dos municípios brasileiros não possui aterros sanitários, o que agrava o problema. Dados estatísticos coletados demonstram a situação: “68, 5% dos resíduos sólidos produzidos pelas grandes cidades brasileiras são jogados em lixões a céu aberto ou alagados – lugares completamente inadequados – o que com certeza provoca contaminação ambiental”. (IBGE, 2000 apud Fundação SOS Mata Atlântica, 2002, p.28) Nos dados do IBGE - Censo 2000, comprovamos a importância e necessidade urgente de políticas para o lixo em todos os municípios. Nestes dados foram estimados o volume de lixo no Brasil e as consequências que acarretam ao meio ambiente.

Em relação ao lixo, o Consórcio Ambiental está procurando uma solução que envolva todos os municípios. Esta solução integrada seria a construção de um aterro sanitário gerenciado pelo setor privado, que teria a finalidade de receber todo o lixo produzido na região, efetuando a pesagem e cobrando das prefeituras municipais a prestação do serviço. O lixo é um problema de saúde pública

Podemos concluir que estes estudos relevantes serviram para dimensionar a importância da laguna, não só geo-econômica, mas principalmente ambiental; preservá-la será permitir que no futuro as próximas gerações possam usufruir de suas potencialidades. O modelo de Gestão Ambiental utilizado pelo Consórcio Intermunicipal Lagos São João consegue, de forma eficiente, definir as diretrizes, o planejamento estratégico, as medidas emergenciais e, ainda, fomentar idéias, redefinindo as responsabilidades dos órgãos envolvidos, respeitando suas finalidades/fins. Este modelo é moderno e vem ao encontro da idéia de fomentar diálogo entre a sociedade civil que utiliza os recursos naturais da Lagoa, visando sua preservação, bem como dos usuários dos setores privados, que são as empresas que utilizam os recursos da lagoa para suas atividades econômicas. Os problemas existem, e são muitos, mas com responsabilidade, competência e regulamentação os projetos podem ser executados de forma a atingir os objetivos do planejamento estratégico. Portanto, este trabalho acadêmico tem como objetivo primordial explicar a importância da lagoa de Araruama para a economia da Região dos Lagos, mas busca servir, também, como incentivo para que os futuros administradores desejem exercer funções na área ambiental.

Referências Bibliográficas

- ARTÁCOZ, Fábio. *Lagoa de Araruama: Desafios políticos e conflitos ambientais*. 1. ed.: Aspergillus, 2000. 97p.
- ALMEIDA, Josimar Ribeiro de; CAVALCANTI, Yara; MELLO, Cláudia dos S. *Gestão ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação*. Rio de Janeiro: Thex, 2000. 259p.
- BIDEGAIN, Paulo e VÖLCKER, Cláudio Michael. *Bacia hidrográfica dos rios São João e das Ostras – Águas, Terras e Conservação Ambiental*. Rio de Janeiro: Consórcio Intermunicipal para Gestão das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos, rio São João e Zona costeira – CILSJ, 2003. 170p.
- BIDEGAIN, Paulo e BIZERRIL, Carlos. *Lagoa de Araruama: Perfil ambiental do maior ecossistema lagunar hipersalino do mundo*. Rio de Janeiro: SEMADS, 2002. 160p.
- CERTO, Samuel; PETER, J. Paul. *Administração Estratégica: planejamento e implantação da estratégia*. São Paulo: Makron Kooks, 1993. 469p.
- CONSÓRCIO Intermunicipal Lagos São João. Assessoria de Comunicação de CILSJ. Disponível em: <http://www.riolagos.com.br/cilsj>. [30 abr. 2004].
- D'AVIGNON, Alexandre e tal. *Manual de auditoria ambiental*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000. 128p.
- DONAIRE, Denis. *Gestão ambiental na empresa*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999. 169p.
- SILVA, Reinaldo Oliveira da. *Teorias da Administração*. 1.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 523p.

Artigo enviado em 10/04/2006,
aceito em 22/05/2006.